



Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, data registrada no sistema.

(assinado digitalmente)

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente

EXTRATOS

EXTRATO Nº 137/2024 - SECOP/DVCC/SCOA

- 1.ESPÉCIE:** Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica Nº 004/2022 - TJAM.
- 2.PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2024/000025480-00.
- 3.DATA DA ASSINATURA:** 09/07/2024.
- 4.PARTÍCIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Município de Jutai.
- 5.OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, em atendimento a Resolução nº 363/2021 CNJ e a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 7.VIGÊNCIA:** O prazo de vigência estabelecido na cláusula quinta do Termo Primitivo, permanece inalterado.
Manaus/AM, 09 de julho de 2024.
Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 61/2024 - SECOP/DVCC/SCOA

- 1. ESPÉCIE:** Termo de Compromisso do Governo do Estado do Amazonas.
- 2. PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2024/000011094-00.
- 3. DATA DA ASSINATURA:** 03/04/2024.
- 4. PARTÍCIPES:** Governo do Estado do Amazonas e o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
- 5. OBJETO:** O presente termo tem por objeto o pagamento dos precatórios devidos pela Administração Direta do ESTADO DO AMAZONAS, inscritos nos seus respectivos orçamentos.
- 6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O objeto consubstanciado no presente instrumento fica sujeito às normas da Lei nº 14.133/2021, no que couber, bem como pela Resolução nº 64/2023 TJAM, que a regulamenta.
- 7. VIGÊNCIA:** O disposto no presente instrumento vigorará a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/03/2024.
Manaus/AM, 03 de abril de 2024.
Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 127/2024 - SECOP/DVCC/SCOA

- 1.ESPÉCIE:** Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica Nº 018/2022 - TJAM.
- 2.PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2024/000023096-00.
- 3.DATA DA ASSINATURA:** 27/06/2024.
- 4.PARTÍCIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas.
- 5.OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA OBSERVÂNCIA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, em atendimento a Resolução nº 363/2021 CNJ e a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O objeto consubstanciado no presente instrumento fundamenta-se no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 7.VIGÊNCIA:** O prazo de vigência estabelecido na cláusula quinta do Termo Primitivo, permanece inalterado.
Manaus/AM, 27 de junho de 2024.
Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

EXTRATO Nº 140/2024 - SECOP/DVCC/SCOA

- 1.ESPÉCIE:** Convênio Nº 02/2024 - TJAM
- 2.PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2023/000047737-00.
- 3.DATA DA ASSINATURA:** 10/07/2024.
- 4.PARTÍCIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Banco Santander S/A.
- 5.OBJETO:** O objeto do presente Convênio tem por objeto autorizar e regular a concessão pelo CONSIGNATÁRIO de empréstimos, com consignação facultativa em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos, aposentados e pensionistas do CONSIGNANTE (doravante designados "SERVIDORES"), em conformidade com a margem consignável disponível e determinada em lei, assim como as demais condições comerciais e operacionais constantes de cada operação e de seus respectivos instrumentos, nas condições estabelecidas nas demais cláusulas.Sem prejuízo do disposto no item anterior e desde que facultado pelo CONSIGNANTE, terão a prerrogativa da oferta de crédito por meio de cartão de crédito consignado, com margem de 40%, sendo 35% para operações de empréstimo consignado e 5% para operações concedidas via cartão de crédito consignado e a soma das consignações facultativas, prevista acima poderá ser acrescida de 20%, quando destinada exclusivamente para as consignações de cartão consignado de benefício conforme estabelecido no art. 7º, Decreto nº 32.835/2012, alterado pelo Decreto nº 45.423/2022 e art. 8º caput da Portaria, os quais serão concedidos por meio físico ou eletrônico nas agências e postos de atendimento devidamente autorizados a operarem no Estado do Amazonas, conforme estabelecido no art. 4.º, § 6.º do Decreto Estadual n.º 32.835/2012, e de acordo com as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.A gestão das consignações em folha de pagamento dos magistrados, servidores e serventuários ativos competirá ao CONSIGNANTE e, no caso dos aposentados e pensionistas, à FUNDAÇÃO AMAZONPREV.Fica vedada a formalização de operações de empréstimo consignado com prazo superior a 96 (noventa e seis) meses, em consoante com o §2.º do art. 4º da Portaria nº 2621/2022-TJAM.



6.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O objeto consubstanciado no presente instrumento fica sujeito às normas da Lei nº 14.133/2021, no que couber, pela Resolução nº 64/2023 TJAM que a regulamenta, no decreto n.º 32.835, de 24 de setembro de 2012 e suas alterações, que regulamenta as consignações em folha de pagamento de servidores dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Amazonas, e na Portaria nº 2621/2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

7.VIGÊNCIA: O presente convênio vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, à critério dos partícipes e segundo às normas da Lei nº 14.133/2021.

Manaus/AM, 10 de julho de 2024.

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

ERRATAS

ERRATA nº 07/2024 - DVCC/SCOA

Referente a **Quinta Apostila da Cessão Onerosa de Uso nº 001/2021 - TJAM**, celebrada entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Ministério Público do Estado do Amazonas.

Data da Assinatura: 29/04/2024.

Processo Administrativo: 2024/000015429-00.

Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Ministério Público do Estado do Amazonas.

Onde se lê:

"QUARTA APOSTILA A CESSÃO ONEROSA DE USO Nº 001/2021 - TJAM"

(...)

"APROVAR, com fundamento legal no artigo 65, II e § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, a **Quarta Apostila a Cessão Onerosa de Uso nº 001/2021 - TJAM**, relativo à utilização de 01 (uma) sala, localizada no 2º andar do Fórum Ministro Henoch Reis; medindo 98,12 m²."

Leia-se:

"QUINTA APOSTILA A CESSÃO ONEROSA DE USO Nº 001/2021 -TJAM"

(...)

"APROVAR, com fundamento legal no artigo 65, II e § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, a **Quinta Apostila a Cessão Onerosa de Uso nº 001/2021 - TJAM**, relativo à utilização de 01 (uma) sala, localizada no 2º andar do Fórum Ministro Henoch Reis; medindo 98,12 m²."

Manaus/AM, 10 de julho de 2024.

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas

SEÇÃO III

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

INTIMAÇÕES

Processo n.º 0001923-98.2023.2.00.0804 – Processo Administrativo Disciplinar. Processante, Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Processado, J. C. L. R., advogado, Lukas Sales Santiago (OAB/AM 14.773). **DESPACHO** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. **Julião Lemos Sobral Júnior**: "Apresentada a defesa prévia pelo investigado, procedeu-se à análise das razões invocadas, confrontando-as com os elementos probatórios presentes nos autos. À luz da documentação e dilações que compõem o presente processo administrativo disciplinar, constata-se que as razões apresentadas na defesa prévia não são suficientes para determinar a absolvição sumária do investigado neste momento processual. Neste sentido, visando dar continuidade à instrução probatória e a fim de colher a prova oral, designo a data **17/07/2024, às 09h30min**, para a realização de audiência. Autorizo, expressamente, a condução desta audiência de forma remota, valendo-se do sistema "google meet", em estrita observância ao artigo 236, §3º, do Código de Processo Civil. Abaixo, seguem-se os dados para acesso à referida plataforma: **Dados de Acesso à Plataforma "google meet": Link de Acesso: <https://meet.google.com/rza-cpxt-zrc> Código da Reunião: rza-cpxt-zrc Para participação via telefone: +55 21 4560-7427 PIN: 500 508 784#**. Intime-se o investigado e seu respectivo procurador, utilizando-se dos canais legais para as devidas comunicações, resguardando-se a correta comprovação e certificação nos presentes autos. Recomenda-se ao investigado que, caso tenha arrolado testemunhas, estas deverão ser conduzidas à audiência, independentemente de intimação, com a devida comprovação, em período não inferior a 03 (três) dias antes da data aprazada, sob pena de preclusão. Para a efetivação de diligências ou atos processuais em território alheio à competência deste Juízo, **AUTORIZO** a expedição de carta de ordem, se assim se fizer necessário. Assinala-se que os participantes deste ato processual têm a opção de comparecer presencialmente na sede desta Corregedoria-Geral de Justiça, onde serão disponibilizados os meios eletrônicos pertinentes para a efetiva participação no ato. Cumpra-se com urgência.". Manaus, 09 de julho de 2024. **Julião Lemos Sobral Júnior**, Juiz Corregedor Auxiliar.